

# REDAÇÃO

com **Fernanda Pessoa**

**Retrospectiva das melhores  
Redações do país**

 **CURSO**  
**FERNANDA PESSOA**  
ONLINE







## RETROSPECTIVA DAS MELHORES REDAÇÕES DO PAÍS

No caso dos textos incríveis, quando vocês têm coragem e paciência para aprender, são textos que revolucionam sua vida e as notas serão altas em TODOS OS PROCESSOS dos quais você irá participar: desde ENEM até o mais difícil Concurso Público.

Os modelos de internet podem até garantir uma nota alta em um determinado ano do ENEM, de um vestibular ou de um concurso, mas não têm como garantir que a nota alta virá sempre e em todos os processos seletivos.

Escrever bem é revolucionário.

## VAMOS COMEÇAR PELAS REDAÇÕES DE EX-ALUNAS QUE TIRARAM 1000 NO ENEM.

\* **Camila Aguiar** | Redação do ENEM 2024 - *Minha aluna nota 1000*

A obra “Torto Arado”, do escritor Itamar Vieira Jr., pode ser facilmente categorizada como um livro essencial para a compreensão das raízes brasileiras. Na trama, duas irmãs, pertencentes a uma comunidade quilombola no interior da Bahia, lutam contra a opressão e a invisibilidade social e cultural diariamente. Ao transpor o viés literário, nota-se que a luta pelo reconhecimento é uma batalha constante para a população afro-brasileira no século XXI. A partir desse contexto, não há como hesitar: é imprescindível compreender os impasses para a valorização efetiva da herança africana no Brasil.

Nesse sentido, percebe-se que a histórica marginalização da cultura negra advém de um ciclo social pautado na desigualdade. Isso acontece, porque, como teorizado pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, há, no Brasil, a persistência de um “colonialismo insidioso”. Em outras palavras, há a manutenção de raízes desiguais, que são mascaradas em meio a avanços sociais, caracterizando, assim, uma forma de dominação ainda mais perversa e cruel. Tal questão se torna evidente ao constatar que o país, ao ser um dos últimos países a abolir a escravidão, após mais de 300 anos marcados por violência e derramamento de sangue africano, tratou a abolição de forma panfletária e seguiu reproduzindo padrões de invisibilização contra os povos afro-brasileiros. Assim, nota-se uma população que tem sido mantida subjugada por uma minoria detentora de poder (político e econômico), o que é reforçado pelo fato de o Brasil ocupar, mais uma vez, o 8º lugar entre os países mais desiguais do mundo, segundo a ONU.

Ademais, é válido ressaltar que, além da manutenção de raízes desiguais, a redução de manifestações culturais africanas advém de uma alienação historicamente programada. Essa questão ocorre, pois há, na conjuntura social atual, uma espécie de “epistemicídio brasileiro”, ou seja, há a validação apenas das formas de conhecimento que são disseminadas pela cultura dominante do ocidente. Tal fato (estudado pela filósofa Sueli Carneiro) provoca um sepultamento dos saberes ao apagar o conhecimento, o legado e as tradições preservadas ao longo dos séculos pelos povos afrodescendentes. Dessa forma, perpetua-se a desvalorização da cultura plural armazenada nas expressões artísticas dos povos pretos, responsáveis por grande parte da construção identitária nacional.

Portanto, urge a necessidade de valorização da herança africana no Brasil. Para isso, o Poder Executivo Federal, mais especificamente o Ministério da Educação, deve fomentar um projeto de resgate dos legados afro-brasileiros. Essa ação ocorrerá por meio da implantação de uma Campanha Nacional de Validação da Cultura Africana, a qual irá promover o consumo e a análise de obras que fazem jus à identidade brasileira em ambiente escolar, ressaltando a importância e a pluralidade da herança afrodescendente. Isso será feito a fim de trazer maior visibilidade para o patrimônio cultural brasileiro e incentivar o protagonismo dos povos pretos.

\* **Natália Ludimila S. de Araújo** | Redação do ENEM 2023 - *Minha aluna nota 1000*

Em sua obra “A vida que ninguém vê”, a escritora brasileira Eliane Brum destaca, dentre outros aspectos, a realidade de exclusão trabalhista e de negligência social vivenciada por grande parte das pessoas na sociedade, sobretudo, as mulheres negras e pobres. Fora do contexto jornalístico com viés literário, é possível observar, no Brasil atual, o triste cenário de invisibilidade que a maioria das mulheres enfrentam, principalmente no campo do trabalho de cuidado e de assistência. Nesse sentido, a fim de superar os desafios referentes a esse quadro de invisibilidade feminina, faz-se preciso analisar os principais entraves desse processo: a naturalização das desigualdades sociais e a falha do modelo educacional.

Com base nesse contexto, é evidente o quanto a normalização das históricas assimetrias sociais contribui para que o exercício laboral de assistência realizado pelas mulheres seja cada vez mais invisibilizado no país. Isso acontece, principalmente, porque, segundo a antropóloga brasileira Lilia Shwarcz, há uma espécie de “política de eufemismos” no Brasil, ou seja, determinados problemas e situações, embora excludentes e segregacionistas, tendem a ser atenuados pela sociedade e a não receber a visibilidade necessária. Ao seguir essa linha de pensamento, é possível observar que o quadro de negligência e de assimetria no tratamento das mulheres no contexto trabalhista de cuidado cresce, à medida que o cenário de desigualdade é mantido. Desse modo, grande parte da sociedade invisibiliza e estigmatiza o trabalho de assistência ao considerar que a parcela populacional feminina é naturalmente determinada a atuar nesses cargos, sem que seja remunerada (quando se trata de trabalho remunerado, como o de cuidadoras) ou sequer tenha o respeito e o reconhecimento pelo exercício exaustivo de cuidado associado ao acúmulo de função (quando se trata das mulheres que trabalham fora e ainda administram lares e filhos).

Além disso, é possível observar o quanto a omissão das instituições de ensino fortalece a invisibilidade vivenciada pelas mulheres brasileiras nos seus postos de trabalho de cuidado. Sob a ótica da socióloga Martha Nussbaum, o conteúdo informacional ao qual o indivíduo tem acesso é essencial para a formação do pensamento crítico e para a promoção de debates sobre as problemáticas vigentes em seu contexto social. Nesse sentido, em virtude de uma mínima ou inexistente abordagem no ambiente de ensino a respeito dos impasses históricos e preconceituosos vivenciados entre os gêneros, grande parcela da sociedade não reconhece essa realidade de desigualdade e de estigmatização vivenciada por muitas mulheres responsáveis pelo trabalho de cuidar, o que contribui para a sua invisibilidade. Como efeito, milhares delas continuam exercendo o trabalho de assistência sem serem reconhecidas, valorizadas e respeitadas no contexto social e no econômico. Logo, é nítido o quanto a ausência de tratamento sobre o assunto, nos mais variados espaços sociais, inclusive, no ambiente escolar, favorece a manutenção do não respeito e do reconhecimento.

Portanto, é urgente enfrentar os desafios que invisibilizam as mulheres atuantes no exercício laboral de cuidado. Para isso, urge que o Ministério da Educação amplie a disseminação de informações relevantes que abordem essa temática de forma contínua e efetiva. Tal ação será concretizada por meio da elaboração de um Projeto Nacional de incentivo à visibilidade do trabalho assistencial feminino, o qual contará com a disseminação de palestras - elaboradas por mulheres em diversas ocupações com o trabalho de cuidado - a fim de garantir a visibilidade desse assunto na sociedade e a eliminação da banalização das assimetrias sociais. Assim, a realidade descrita por Eliane Brum tão somente figurará no contexto literário.

\* **Carina Beatriz** | Redação do ENEM 2022 - *Minha aluna nota 1000*

Na primeira metade do século XIX, os escritores da primeira fase do Romantismo elevaram, de maneira idealizada, o indígena e a natureza à condição de personificadores da beleza e do poder da pátria (quando, na verdade, os nativos continuaram vítimas de uma exploração desumana no momento em questão). Sem desconsiderar o lapso temporal, hoje, nota-se que, apesar das conquistas legais e jurídicas alcançadas, a exaltação dos indígenas e dos demais povos tradicionais não se efetivou no cenário brasileiro e continua restrita às prosas e às poesias do movimento romântico. A partir desse contexto, é imprescindível compreender os maiores desafios para uma plena valorização das comunidades tradicionais do Brasil.

Nesse sentido, é inegável que o escasso interesse político e econômico em assegurar o respeito à cultura e ao modo de vida dessas populações tradicionais frustra a valorização desses indivíduos. Isso acontece, porque, como já estudado pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, há, no Brasil, uma espécie de “colonialismo insidioso”, isto é, há a manutenção de estruturas coloniais perversas de dominação, que se disfarçam em meio a avanços sociais, mas mantêm a camada mais vulnerável da sociedade explorada e negligenciada. Nessa perspectiva, percebe-se o quanto a invisibilização dos povos tradicionais é proposital e se configura como uma estratégia de um pequeno grupo detentor de poderes políticos e econômicos para permanecer no poder e fortalecer situações desiguais de injustiça social. Dessa forma, tem-se um país que, além de naturalizar as mais diversas invasões possessórias nos territórios dos povos tradicionais, não respeita a forma de viver e de produzir dessas populações, o que comprova uma realidade destoante das produções literárias do Romantismo.

Ademais, é nítido que as dificuldades de promover um verdadeiro reconhecimento e valorização das comunidades tradicionais ascendem à medida que raízes preconceituosas são mantidas. De fato, com base nos estudos da filósofa Sueli Carneiro, é perceptível a existência de um “epistemicídio brasileiro” na sociedade atual, ou seja, há uma negação da cultura e dos saberes de grupos subalternizados, a qual é ainda mais reforçada por setores midiáticos. Em outras palavras, apesar da complexidade de cultura dos povos tradicionais, o Brasil assume contornos monoculturais, uma vez que inferioriza e “sepulta” os saberes de tais grupos, cujas relações e produções, baseadas no equilíbrio com a natureza, destoam do modelo ocidental, capitalista, elitista e predatório. Logo, devido a um notório preconceito, os indivíduos tradicionais permanecem excluídos socialmente e com seus direitos negligenciados.

Portanto, faz-se necessário superar os desafios que impedem a valorização das comunidades tradicionais no Brasil. Para isso, urge que o Poder Executivo – na esfera federal – amplie a verba destinada a órgãos fiscalizadores que visem a garantir os direitos dos povos tradicionais e a preservação de seus territórios e costumes. Tal ação deve ser efetivada por meio da implantação de um Projeto Nacional de valorização dos Povos Tradicionais, o qual irá articular, em conjunto com a mídia socialmente engajada, palestras e debates que informem sobre a importância de tais grupos em todos os municípios brasileiros. Isso deve ser feito a fim de combater os preconceitos e promover o respeito às populações tradicionais. Afinal, o intuito é que elas sejam tão valorizadas quanto os indígenas na primeira fase da literatura romântica.

\* **Fernanda Quaresma** | Redação do ENEM 2021 - **Minha aluna nota 1000**

Em “Vidas secas”, obra literária do modernista Graciliano Ramos, Fabiano e sua família vivem uma situação degradante marcada pela miséria. Na trama, os filhos do protagonista não recebem nomes, sendo chamados apenas como o “mais velho” e o “mais novo”, recurso usado pelo autor para evidenciar a desumanização do indivíduo. Ao sair da ficção, sem desconsiderar o contexto histórico da obra, nota-se que a problemática apresentada ainda percorre a atualidade, pois a não garantia da cidadania, pela falta de registro civil, ainda gera graves problemas sociais, como a manutenção da invisibilidade. A partir desse contexto, não há como hesitar: é imprescindível compreender os impactos gerados pela falta de identificação oficial da população.

Com efeito, é nítido que o deficitário registro civil repercute, sem dúvida, na persistente falta de pertencimento como cidadão brasileiro. Isso acontece, porque, como já estudado pelo historiador José Murilo de Carvalho, para que haja uma cidadania completa no Brasil é necessária a coexistência dos direitos sociais, políticos e civis. Sob essa ótica, percebe-se que, quando o pilar civil não é garantido, em outras palavras, a não efetivação do direito devido à falta do registro em cartório, não é possível fazer com que a cidadania seja alcançada na sociedade. Dessa forma, da mesma maneira que o “mais novo” e o “mais velho” de Graciliano Ramos, quase 3 milhões de brasileiros continuam invisibilizados: sem nome oficial, sem reconhecimento pelo Estado e sem a dignidade de um cidadão.

Além disso, a falta do sentimento de cidadania na população não registrada reflete, também, na manutenção de uma sociedade historicamente excludente. Tal questão ocorre, pois, de acordo com a análise da antropóloga brasileira Lilia Schwarcz, desde a Independência do Brasil, não há a formação de um ideal de coletividade – ou seja, de uma “Nação”, mas há apenas a manutenção de um “Estado” nacional. Com isso, o caráter de desigualdade social e exclusão do diferente se mantém, sobretudo, no que diz respeito às pessoas que não tiveram acesso ao registro oficial, as quais, frequentemente, são obrigadas a lidar com situações humilhantes por parte do restante da sociedade: das mais diversas discriminações até o fato de não poderem ter qualquer outro documento se, antes, não tiverem sua identificação oficial.

Portanto, ao entender que a falta de cidadania gerada pela invisibilidade do não registro está diretamente ligada à exclusão social, é tempo de combater esse grave problema. Assim, cabe ao Poder Executivo Federal, mais especificamente ao Ministério dos Direitos Humanos, ampliar o acesso aos cartórios de registro civil. Tal ação deverá ocorrer por meio da implantação de um Projeto Nacional de Incentivo à Identidade Civil, o qual irá articular, junto aos gestores dos municípios brasileiros, campanhas, divulgadas pela mídia socialmente engajada, que expliquem sobre a importância do registro oficial para a garantia da cidadania, além de instruções para realizar o processo, a fim de mitigar as desigualdades geradas pela falta dessa documentação. Afinal, assim como os meninos em “Vidas secas”, toda a população merece ter a garantia e o reconhecimento do seu nome e de sua identidade.

\* **Giovanna da Silva Dias** | Redação do ENEM 2021 - **Minha aluna nota 1000**

Em sua obra “Os Retirantes”, o artista expressionista Cândido Portinari faz uma denúncia à condição de desigualdade compartilhada por milhões de brasileiros, os quais, vulneráveis ocasionalmente, são invisibilizados enquanto cidadãos. A crítica de Portinari continua válida nos dias atuais, mesmo décadas após a pintura ter sido feita, como se pode notar a partir do alto índice de brasileiros que não possuem registro de nascimento, fator que os invisibiliza. Com base nesse viés, é fundamental discutir a relevância do documento como promotor da cidadania, bem como o que ainda impede tantas pessoas de não se registrarem.

Com efeito, nota-se que a importância da certidão de nascimento para a garantia da cidadania se relaciona à sua capacidade de proporcionar um sentimento de pertencimento. Tal situação ocorre, porque, desde a formação do país, esse sentimento é escasso entre a população, visto que, desde 1500, os países desenvolvidos se articularam para usufruir ao máximo do que a colônia tinha a oferecer, visando aos lucros a todo custo, sem se preocupar com a população que nela vivia ou com o desenvolvimento interno do país. Logo, assim como estudado pelo historiador Caio Prado Júnior, no final do século XX, formou-se um Estado de bases frágeis, resultando em uma falta de sentimento de identificação como brasileiro. Desse modo, a posse de documentos, como a certidão de nascimento, funciona como uma espécie de âncora para uma população com escasso sentimento de pertencimento, sendo identificada como uma prova legal da sua condição enquanto cidadãos brasileiros.

Ademais, percebe-se que o principal entrave para tantas pessoas no Brasil não se registrarem é o perfil (arcaico e excludente) da educação brasileira, a qual tem como objetivo formar a população predominantemente como mão de obra. Isso acontece, porque, assim como teorizado pelo historiador José Murilo de Carvalho, observa-se a formação de uma “cidadania operária”, a partir da qual a população mais vulnerável socioeconomicamente não é estimulada a desenvolver um pensamento crítico e é idealizada para ser explorada. Nota-se, então, que, devido a essa disfunção do sistema educacional, milhares de pessoas não conhecem seus



direitos enquanto cidadãos, como o direito de possuir um documento de registro civil. Assim, a partir dessa educação falha, forma-se um ciclo de desigualdade, observado em todas as esperas, a exemplo, no fato de o país ocupar o 8º lugar entre os países mais desiguais do mundo, mesmo sendo uma grande potência econômica mundial.

Portanto, observa-se que a questão do alto índice de pessoas no Brasil sem certidão de nascimento deve ser resolvida. Para isso, é necessário que o Ministério da Educação reforce políticas de instrução populacional acerca dos seus direitos. Tal ação deve ocorrer por meio da criação de um Projeto Nacional de Acesso à Certidão, o qual irá promover, nas escolas públicas de todos os municípios brasileiros, debates acerca da importância do documento de registro civil para a preservação da cidadania (esses debates irão acontecer tanto extracurricularmente quando nas aulas de Sociologia). Isso deve ocorrer a fim de formar brasileiros que, cientes dos seus direitos, possam mudar o atual cenário de precária cidadania.

\* **Daiane Souza da Costa** | Redação do ENEM 2021 - **Minha aluna nota 1000**

“A obra modernista “Vidas Secas”, produzida pelo escritor Graciliano Ramos, retrata a história de vulnerabilidade socioeconômica enfrentada por Fabiano e seus dois filhos, os quais eram chamados por seu pai de filho mais novo e mais velho, não possuindo seus nomes registrados durante o desenvolvimento do enredo. Ao sair do campo literário e fazer uma análise da atual conjuntura brasileira, nota-se ainda a invisibilidade associada ao acesso das pessoas ao registro civil, visto que tal problema é negligenciado por diversos segmentos sociais e políticos. A partir desse contexto, é fundamental entender o que motiva essa situação irregular de documentação e o principal impacto para a sociedade, a fim de que o acesso à cidadania seja eficiente.

Diante desse cenário, percebe-se que a invisibilidade acerca da questão do registro civil é motivada pela falta de uma política pública eficaz que regularize essa problemática. Isso ocorre, principalmente, porque, como já mencionado nos estudos da antropóloga Lília Schwarcz, há a prática de uma política de eufemismos no Brasil, ou seja, determinados problemas tendem a ser suavizados e não recebem a visibilidade necessária. Sob essa ótica, é perceptível que o reduzido debate sobre a importância da certidão de nascimento e de outros documentos, bem como a baixa presença de estratégias para facilitar o acesso a pessoas de baixa renda dificultam a mudança dessa situação preocupante. Desse modo, enquanto a desinformação e a assistência precária se mantiverem, a procura pelo registro de nascimento será reduzida.

Outrossim, convém pontuar que o principal efeito negativo disso é o afastamento desses grupos não registrados dos espaços públicos, em especial da escola e do mercado de trabalho. Tal situação é discutida no livro “A cidadania no Brasil: o longo caminho”, do historiador José Murilo de Carvalho, em que aborda o quanto a desigualdade social impede a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ao seguir essa linha de pensamento, à medida que o indivíduo não tem seus documentos regularizados, a possibilidade da inclusão no meio escolar e no laboral diminui, uma vez que tais papéis são pré-requisitos para conseguir se matricular em uma escola e ser, posteriormente, contratado por uma empresa. Dessa forma, observa-se como esse problema promove vulnerabilidade e ajudar a manter o Brasil na precária condição de 8º país mais desigual do mundo, segundo o IBGE.

Portanto, a invisibilidade associada à falta do registro civil no Brasil precisa ser revertida. Para isso, é fulcral que o Poder Executivo Federal, mais especificamente o Ministério da Cidadania, estimule ações estratégicas para ampliar o número de pessoas registradas oficialmente, principalmente nas comunidades pobres. Essa iniciativa ocorrerá por meio da implantação de um “Projeto Nacional de Incentivo à Formalização da Documentação Pessoal”, o qual irá contar com o aumento do envio de assistentes sociais para verificar a situação do registro nas residências. Isso será feito a fim de conter o impacto social desse problema e aumentar a efetivação da cidadania. Afinal, casos como o do livro “Vidas Secas” precisam ser erradicados.”

## ALGUMAS REDAÇÕES DE ALUNOS QUE TIRARAM A NOTA MÁXIMA NA FUVEST.

**TEMA:** As relações sociais por meio da solidariedade

\* **Isabelly Pinheiro** | Nota máxima - Redação Fuvest – 2025 | **Minha alunaaaaaaa**

De mãos dadas?

Uma das funções da arte é, sem dúvidas, materializar a inquietude interna do autor e o poeta modernista Carlos Drummond, na sua produção literária, propõe o resgate à coletividade por meio de um apelo em prol do engajamento social necessário em um contexto no qual “ir de mãos dadas” era a única forma de tentar sobreviver. Apesar do hiato temporal e sem desconsiderar a subjetividade inerente à obra, nota-se que a urgência drummondiana ainda é relevante no contexto atual do Brasil, uma vez que a imagem de uma nação acolhedora e solidária tem se tornado exceção à regra nas relações interpessoais.

Com base nesse cenário, percebe-se que há, no Brasil, a tendência de minimizar a importância das práticas solidárias e, em decorrência disso, deturpa-se o real sentido dessas ações. Isso acontece, porque, como o propósito educacional brasileiro está majoritariamente direcionado à formação de mão de obra em detrimento da construção intelectual, muito do que é concedido à população é recebido como favor ou benevolência, quando, na verdade, é um direito. Essa postura de manutenção de negligências configura o que o historiador José Murilo de Carvalho nomeou de “cidadania operária”, ou seja, à população é fornecida apenas a noção mínima

sobre os direitos básicos e, assim, é suspensa a possibilidade de reivindicação, pois o conhecimento acerca de muitos direitos sociais, civis e políticos depende, na maioria das vezes, da construção intelectual. Dessa forma, nutre-se um ciclo de manipulação social, pois a “solidariedade” é aparelhada como “um gesto de bondade política e social” e acaba funcionando como uma estratégia eficaz para a manutenção do poder de uma minoria detentora do capital. Assim, nota-se uma sociedade vítima de um constructo neoliberal e distante da consciência a respeito da necessidade de seguir de “mãos dadas” para o pleno exercício da solidariedade.

Além disso, é válido considerar que muitas pautas sociais e econômicas importantes são tratadas, no Brasil, de forma sensacionista, inclusive, a questão da solidariedade como um compromisso coletivo. Em outras palavras, diversas tragédias ambientais ou sociais, a exemplo das catástrofes de repercussão nacional, são utilizadas como oportunidades de autopromoção política e social. Isso acontece, porque a ajuda ao próximo (que não pode ser confundida com caridade porque é uma questão de bom senso em um país tão desigual) se torna, muitas vezes, uma narrativa usada para gerar engajamento e seguidores. Assim, a ação de ajudar se transforma em um espetáculo que, ao contrário do que se pode supor, não é um ineditismo da geração de influenciadores digitais, pois já foi uma questão denunciada pelo jornalista José Arbex, em sua obra “Showrnalismo, a notícia como espetáculo”. Logo, nota-se que a característica de ser um país acolhedor e solidário não passa de uma postura ensaiada para convencer.

Portanto, é evidente a necessidade de uma mudança na abordagem coletiva nacional, para que as relações sociais sejam fortalecidas pela efetiva solidariedade. Para isso, é fundamental a ampliação de práticas solidárias em vários espaços do país, a fim de que as pessoas sejam instruídas, desde a educação primária, sobre a necessidade de naturalizar uma construção nacional coletiva em detrimento de ações beneficentes pontuais e roteirizadas para propagandear. Afinal, a formação de um país mais humano depende da equidade social e, como dito por Drummond, é importante não perder tempo e ter a real consciência sobre a importância de dar as mãos.

**TEMA:** As relações sociais por meio da solidariedade

\* **Thúlio José** | Nota máxima - Redação Fuvest – 2025 | **Meu alunooooooooooooo**

Ainda que a arte de Cândido Portinari seja plural, é quando pinta o sofrimento, que o autor da emblemática série “Retirantes” ganha contornos épicos e provoca qualquer expectador a refletir sobre a profunda compaixão pelo ser humano e pela necessidade de um povo que precisa de ajuda. Dessa forma, tendo em vista o valor atemporal da obra do artista, não há dúvidas: boa parte da população brasileira ainda necessita de um olhar humanista que vise a uma colaboração solidária para a tentativa de um resgate (mínimo) do senso de coletividade. Nesse sentido, é preciso analisar a visão deturpada diante da cultura da solidariedade no Brasil e o principal impacto desse fator nas relações sociais.

Com base nesse contexto, é fundamental entender que a cultura da solidariedade no Brasil é centrada na falsa ideia de caridade. Isso ocorre, porque há uma espécie de “analfabetismo social”, ou seja, há a manutenção da ignorância de uma parte da população que não tem instrução mínima sobre os processos básicos associados aos concretos intercâmbios sociais e precariza uma conexão coletiva real respaldada em uma vertente efetivamente menos individualista. Tal problema impede uma mobilização coletiva e mostra o quanto o Brasil se revestiu de uma camada superficial de valores para “validar” uma sociedade fundada nos moldes da escravidão - egoísta e desigual – que ainda usa um falso discurso de generosidade para tentar redimir um grave remorso histórico por omissão.

Ademais, nota-se que o dilema da forjada ideia de coletividade transformou o Brasil em um país que associa o seu “potencial de bondade” a um ato forçado de caridade como exemplo de “ordem e progresso”. Tal questão acontece, porque, ao contrário do que se propaga em vários slogans, o Brasil ainda não é um país de todos e essa visão deturpada naturaliza muitos dos nossos problemas com a justificativa de um “nacionalismo apenas simbólico. Em outras palavras, há uma parcela da sociedade que justifica seu amor à pátria e ao povo a partir, no máximo, da exaltação dos símbolos nacionais, como da bandeira e do hino, e até incita a generosidade entre os pares, mas permeia esse potencial de bondade apenas em situações ímpares de comoção coletiva diante de tragédias com repercussão midiática quando passam no “Fantástico”, mas que de “fantástico” não têm nada. Exemplo disso é o paradoxo entre a comoção nacional com desastres publicizados e a omissão histórica com a fome, o frio extremo, o calor excessivo e muitas outras demandas diárias de um país socioeconomicamente desigual.

Portanto, é evidente a necessidade do desenvolvimento de um país mais empático e socialmente coeso. Para isso, é fundamental que o Poder Executivo, mais especificamente o Ministério do Desenvolvimento Social, estimule um maior compartilhamento de informações sobre a importância de um fortalecimento nas relações sociais dos brasileiros. Tal iniciativa ocorrerá por meio da implantação de uma Campanha Nacional de Incentivo à solidariedade, a fim de proporcionar conhecimento básico para o funcionamento harmonioso entre todas as camadas da conjuntura brasileira. Afinal, é fundamental entender que o incentivo à solidariedade não é caridade, é bom senso.



**Os corretores do Brasil estão preparados para nós?**

Observem, julguem, estudem, entendam e se libertem...

## TEXTOS GENIAIS QUE NÃO TIRARAM A NOTA MÁXIMA:

**TEMA:** As relações sociais por meio da solidariedade

\* **João Prazeres – 48.5** | Redação Fuvest – 2025

Não é fácil decodificar, com olhos desatentos, a tela “O enigma do desejo”, do pintor Salvador Dalí, mas a análise da obra e do seu contexto de produção revela que a pintura usa o Surrealismo para mistificar a paisagem e a figura humana, de modo que esses elementos, ao serem combinados, simbolizam a luta entre o consciente e o inconsciente, pautada na dominação do desejo ou na sua repressão. Ao considerar o caráter artístico, percebe-se que a representação do artista descortina o caráter universal da vontade humana, a qual, sendo permeada pelo consciente ou não, tem permitido que o desejo frustrasse as relações sociais por não enxergar, na solidariedade, uma forma de efetivar o que torna o ser vivo, de fato, humano.

Diante desse cenário, não há como hesitar: o ímpeto de selecionar, historicamente, o que é considerado válido (no espectro da cultura) limita a construção de redes de sociabilidade efetivas. Isso acontece, porque parte da história da humanidade foi marcada pelo desejo de dominar a qualquer custo, o que aconteceu com os desdobramentos do pensamento eugenista a partir da consolidação do imperialismo europeu na África e na Ásia, fatos que deixaram como herança a validação de apenas um padrão de vivências até hoje. Essa análise, exposta na obra “Nós, humanos”, do historiador Rodrigo Bione, explica por que as transgressões às práticas culturais de pessoas vulneráveis invisibilizam parcelas da sociedade e impede o desenvolvimento de um comportamento solidário, visto que o senso coletivo é prejudicado pela fragmentação da humanidade em culturas e corpos ora “válidos” ora “descartáveis”. Assim, o enigma da pós-modernidade deixa de ser uma pintura surrealista e passa a ser um contexto surreal de desejar existir em uma sociedade individualista para assumir a pluralidade das relações humanas por meio da solidariedade.

Além disso, outro fator que impede o desenvolvimento solidário das relações sociais é a constante “precificação” de amplos aspectos da vida humana (inclusive, a solidariedade). De fato, a síntese do neoliberalismo para a sociedade contemporânea é a ideia de que, para tudo, há um preço, e isso implica a falta de acesso a bens essenciais a quem não pode pagar por eles. Em outras palavras, não há como dissociar, de acordo com os atuais moldes civilizatórios, o valor do indivíduo do seu valor de mercado. Infelizmente, percebe-se o quanto isso determina um preço até para as relações sociais e dificulta a efetiva solidariedade. Não por acaso, ao observar o panorama do Brasil, por exemplo, tem-se um país historicamente impregnado de desigualdade social, mas com pequeno grupo economicamente dominante que só considera a necessidade coletiva acima do capital em épocas de crise, como aconteceu no período das chuvas do Rio Grande do Sul em 2024. É um fato lamentável, o qual exemplifica o quanto as relações sociais são, acima de tudo, relações de poder.

Portanto, é inegável que, apesar da solidariedade ser capaz de consolidar a simbiose humana, a sua prática tem sido tolhida pela cultura eugenista ainda recorrente e pela minimização da humanidade em detrimento da maximização do lucro. Logo, é preciso que esse cenário seja reconfigurado, pois o legado para as próximas gerações não pode seguir sendo individualista e de reprodução de velhos e ultrapassados conceitos de exclusão.

**TEMA:** As relações sociais por meio da solidariedade

\* **Ilka Keythe – 48.5** | Redação Fuvest – 2025

### Em uma sociedade cansada e sobrecarregada, não nos afastemos

Sob autoria do poeta Carlos Drummond, o poema “Mãos Dadas” expõe, por meio de trechos como “O presente é tão grande, não nos afastemos”, a relevância da aproximação entre os indivíduos para a manutenção da vida em sociedade. Ao transpor o contexto literário, nota-se que o ideal defendido pelo modernista assume “contornos utópicos” – pois as dinâmicas da atualidade (infelizmente) impedem a efetivação da solidariedade nas relações sociais. A partir desse cenário, é fundamental discutir o que motiva a ausência de solidariedade nas organizações das sociedades e o maior impacto dessa omissão para o Brasil.

Nesse sentido, o enfraquecimento da ação solidária se apresenta como sintoma de uma sociedade individualista e psicologicamente adestrada. Em outras palavras, o modelo neoliberal de desenvolvimento econômico, centrado na busca pelo lucro, e não na promoção do bem-estar social, estimula a competitividade entre as pessoas – as quais se percebem como rivais em um sistema que valoriza a eficiência e a produtividade individuais. Essa questão, estudada pelo filósofo Byung-Chul Han, pode ser percebida a partir do momento em que não há uma consistente preocupação com temas importantes para o corpo social. O resultado disso? Previsível, porque esse alheamento é proposital e segue sendo utilizado para legitimar a existência de pessoas mecanizadas e cada vez mais carentes de humanidade, isto é, da capacidade de ver (e não apenas de olhar) o outro. Dessa forma, a dominação intelectual estabelecida na contemporaneidade, que se apresenta, também, por meio de discursos forçados sobre produtividade, a exemplo do slogan “Apenas faça”, incentiva a performance individual em detrimento da consolidação de vínculos sociais solidários e coletivos.

Além disso, o contínuo processo de segregação fomenta a deslegitimação da solidariedade nas conexões entre os cidadãos no país. Nessa perspectiva, há, desde a construção do país, a divisão da sociedade em grupos que variam de acordo com as características étnicas, econômicas, entre outras. Isso acontece, porque, como teorizado pela historiadora Lilia Schwarcz, as diferenças são transformadas em estereótipos que produzem o preconceito, a violência e a exclusão contra os grupos minoritários. Logo, é até verdade que estamos melhores do que estávamos há 100 anos, mas a persistência de uma espécie de “colonialismo insidioso” faz

com que os comportamentos retrógrados (como a subjugação dos grupos vulneráveis) se disfarçam em meio aos avanços sociais – apesar de ainda condicionarem milhares de pessoas à invisibilidade. Desse modo, torna-se desafiador falar de solidariedade e de coesão em uma sociedade educada (ou mal-educada) para se manter excludente. Assim, a formação de um Estado (órgão administrativo), e não de uma “Nação” com ideais coletivos vai no sentido oposto à súplica de Drummond por induzir, sobretudo, o afastamento e a permanência de um país que segue sem povo, ou seja, sem a noção de solidariedade e de pertencimento.

Portanto, percebe-se que o isolamento e a segregação dos indivíduos sustentam, respectivamente, no mundo e no Brasil, o enfraquecimento das ações solidárias nas relações sociais. Para isso, é indispensável considerar os rumos da humanidade, visto que é preciso defender e lutar pela construção de uma sociedade cada vez mais justa e mais humanizada. Afinal, já passou da hora de o país caminhar com menos hipocrisias e mais “mãos dadas”.

**TEMA:** Os desafios para a valorização da herança africana no Brasil

\* **Thúlio José – 980** | ENEM – 2024

A forma sensual como Gilberto Freyre transforma, no século XX, a promiscuidade entre a “Casa Grande” e a “Senzala” em um emblema de identidade nacional teve desdobramentos ideológicos pouco felizes para a contemporaneidade. Tudo porque a valorização do “caráter nacional” já era, do ponto de vista conceitual, um resquício de uma abordagem culturalista, a qual glorificou a sensualidade mestiça e legitimou a conservação de uma infraestrutura intrinsecamente ligada à brasilidade – a partir da aniquilação das relações sociais de “africanidade”. Nesse sentido, tendo em vista o elo entre a memória e o interesse pela sua própria história, é imprescindível uma discussão acerca do que motiva o insidioso alheamento diante da valorização da herança africana no Brasil.

Com base nesse cenário, nota-se que a filosofia da ancestralidade faz parte da existência afro-brasileira, que busca o equilíbrio necessário para pensar sobre o fortalecimento do povo preto na sua matriz germinativa de enfrentamento aos massacres colonialistas e ao epistemicídio. Em outras palavras, as relações de pertencimento estão ligadas a valores ancestrais e sociais, pois os poderes de gestação não são somente para gerar a vida, mas também estão enraizados nas forças propulsoras que movem as relações entre as questões de moralidade e de sentido da vida, as quais propõem perspectivas de interrelações matrizeradoras a partir das várias formas de existir. Essas dinâmicas instrumentalizam a existência comunitária de um povo, e o não reconhecimento delas fortalece estigmas e assujeitamentos capazes de subalternizar e de “sepultar” vivências. Essa teoria é estudada pela filósofa Sueli Carneiro, a qual denuncia a manutenção e a naturalização de estruturas escravocratas capazes de revelar, infelizmente, o quão atemporal é a distância entre a “Casa Grande” e a “Senzala” em um país descrito como segunda África.

Ademais, à medida que o Brasil é gerido por apagamentos em torno da resistência em formas culturais de matriz africana e de rotulações de constructos de uma conjuntura que subdivide o seu povo, o país é permeado por uma retenção invisível: a desvalorização. Isso acontece, porque, com base nas ideias do historiador brasileiro Rodrigo Bione, autor do livro “Nós Humanos”, o Brasil insiste em um estrutural modelo eugenista – retrógrado e desumano — o qual perpetua a classificação de indivíduos em superiores e inferiores e desconsidera a origem de um coletivo socioancestral, que sustenta seus modos de vida nas tradições de povos com memória corporal e social de bases sólidas, cujos compassos, ritmos e cantigas mantêm as histórias comunitárias, políticas e sociais de seu povo. Assim, percebe-se uma conjuntura culturalmente chancelada, que subdivide pessoas a partir de um padrão “à brasileira”, a partir do qual as exigências têm cor, e os aspectos culturais são excluídos em decorrência da continuidade de opressões segregacionistas.

Portanto, nota-se a necessidade de efetivar a importância dada à herança africana no Brasil. Para isso, é fundamental que o Poder Executivo – na esfera federal – crie uma proposta de ampliação da verba orçamentária anual destinada ao reconhecimento e à valorização dos aspectos culturais afro-brasileiros. Tal proposta deverá ser efetivada por meio de uma votação feita por deputados federais e senadores, pois são componentes do Congresso Nacional e responsáveis pela aprovação de alterações na Lei Orçamentária Anual. Isso deve ocorrer a fim de reconfigurar um país que consiga, de fato, garantir o compromisso cultural com o povo negro. Afinal, é chegada a hora de vencer as adversidades, o preconceito e os estereótipos historicamente naturalizados.



***Uma Redação genial que certamente precisaria de um corretor genial, logo é preciso dosar a mão porque estamos no Brasil e a criatividade é para poucos.***

**TEMA:** Os impactos causados pelo consumismo no Brasil.

\* **Thúlio José**

A nova Barbie poderia ser um personagem do icônico pintor Andy Warhol: um personagem superficial (como uma parte da sociedade globalizada) que produz alienação e deboche por meio do “anticonsumismo consumista”, denunciado, dessa vez, não por uma produção em série das latas de sopa, mas por uma boneca que passa a preferir a humanidade problemática ao seu império plástico de compras. Nesse sentido, ao considerar que o consumo em excesso é social e ambientalmente degradante, é preciso analisar essa demanda perigosa e o seu impacto ambiental para toda conjuntura brasileira.

Com base nesse cenário, é preciso admitir que a emoção virou uma espécie de “etiqueta” fundamental em todas as prateleiras nacionais. Isso ocorreu (e ocorre), porque o Brasil está imerso em uma conjuntura submissa a um dinamismo frenético responsável pela exaustão social. Essa questão vem sendo estudada pelo filósofo Byung-Chul Han, o qual categoriza como “sociedade



do cansaço” a atual geração formada por pessoas compulsivas, ansiosas e facilmente atraídas pelos devaneios da incitação (ou excitação) à compra o tempo todo - e “pagam caro” por isso. Dessa forma, com o pressuposto desligamento das razões funcionais do produto, agora, a ênfase é algo mais próximo a “comprar por comprar”, o que pode até funcionar por um determinado período, mas certamente não funcionará, a longo prazo, pelo nível de superficialidade das relações de consumo marcado, no máximo, por meio de um carrinho virtual, repleto de produtos, prestes a serem enviados da China ao Brasil, a um custo médio de 6,99.

Ademais, comprando Prada ou plástico, o diabo, juntamente ao planeta, vestirá problemas reais em breve ao considerar a grande quantidade de resíduos não biodegradáveis que permeiam as sociedades defensoras do mito da sustentabilidade. Em outras palavras, nota-se a manutenção de uma espécie de “utopia ambiental” no Brasil, ou seja, é amplamente propagada a ideia de consumo sustentável, amparada em um discurso de sociedade consciente, que confunde as cores da coleta seletiva, mas acha que, ao reutilizar a bolsa da Zara, está salvando o planeta. A partir dessa questão, percebe-se que aqui infelizmente os problemas são reais, envoltos em uma embalagem plástica resistente, criada para consumo e descarte imediato, capaz de existir por mais de quatrocentos anos e atingir um nível de empilhamento alarmante. Esse problema fica ainda mais explícito quando se percebe que o Brasil é o 4º maior produtor de lixo plástico do mundo e um dos que menos recicla, segundo a WWF.

Portanto, é evidente que o crescimento do consumo fomenta um quadro de patologia nacional inaceitável. Assim, é fundamental que o Poder Executivo, mais especificamente o Ministério do Meio Ambiente, estimule um maior compartilhamento de informações sobre os perigos acoplados à configuração de consumo atual. Tal iniciativa ocorrerá por meio da implantação de uma Campanha Nacional de Incentivo ao Consumo Consciente, a qual irá disponibilizar, em canais de fácil acesso, articulações instrucionais sobre o trato da questão a partir de redes sociais de amplo alcance, por exemplo, o Instagram. Isso será feito a fim de proporcionar conhecimento básico para o funcionamento harmonioso entre o ter e o sobreviver. Afinal, é preciso desenvolver uma sociedade que saiba o verdadeiro significado de uma “Lata de Sopa”.



## ANOTAÇÕES

*Estamos juntos nessa!*



C U R S O  
**FERNANDA PESSOA**  
ONLINE

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.